

Política.



Ferraz na CPI da Espionagem

Senador capixaba foi escolhido como relator da CPI que vai investigar denúncias de espionagem feita pelos EUA. Pág. 22

EDITORA:
ELISA RANGEL
erangel@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8332
agazeta.com.br/politica



FIM DO CORPORATIVISMO

JÁ FOI TARDE

ENVERGONHADA, CÂMARA SEPULTA O VOTO SECRETO

Nova regra foi aprovada por unanimidade, e agora vai ao Senado

BRASÍLIA

Seis dias após salvar o mandato do deputado-presidiário Natan Donadon (sem partido-RO) em uma votação secreta, a Câmara dos Deputados tentou dar ontem uma satisfação à sociedade e aprovou, em segundo turno, por unanimidade, com 452 votos favoráveis, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 349, que põe fim ao voto secreto para todas as decisões tomadas em sessões plenárias do Parlamento.

A votação em primeiro turno aconteceu há sete anos, e o texto segue agora para o Senado, onde a tramitação deve demorar, no mínimo, um mês. Se aprovado pelos senadores, todos os futuros processos de cassação de mandato parlamentar terão o voto aberto dos seus colegas.

A decisão, que também se aplica a Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, atinge votações de cassações de mandatos e análises de vetos presidenciais, entre outros pontos hoje votados de forma sigilosa.

A decisão de pôr a medida em votação partiu do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). Na manhã de ontem, ele chegou à Casa informando que pautaria a proposta na sessão da noite e que informaria aos líderes sua decisão. Henrique estava emparedado pela decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, que na segunda-feira



Antes da votação, deputados estenderam faixa em favor do voto aberto ao redor da Mesa Diretora da Câmara

suspendeu a decisão da Câmara que não cassou o mandato de Donadon.

“Esta Casa marcou um passo ao reencontro da democracia”, afirmou o presidente, à noite, ao proclamar o resultado da sessão em que apenas ele não votou.

RECEIO

Apesar da aprovação da medida, existe na oposição o temor de que o Senado demore na discussão da proposta, e ela acabe não sendo votada. O receio aumentou diante da afirmação do líder do PMDB, Eduardo Cunha (RJ), na tribuna, informando que, após a aprovação da PEC

DECLARAÇÕES

“Estou na Câmara há 42 anos, acho que (o caso Donadon) foi o maior dano que a Casa sofreu nesse tempo todo. Olha que enfrentamos ditadura”

HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB-RN)
PRESIDENTE DA CÂMARA

349, seu partido não aceitaria votar a PEC 196, que prevê o voto aberto apenas na cassação de mandato de parlamentares.

“Não vamos fazer o pa-

“O parlamentar vai pensar duas vezes se fica bem com o governo, contra sua consciência e contra a sociedade, ou se fica bem com seu eleitor”

CHICO ALENCAR (PSOL-RJ)
DEPUTADO FEDERAL

pel de votar duas PECs, sendo a segunda mais restrita. Não vou enganar a opinião pública”, afirmou.

Apesar de ser mais restrita, a PEC 196 já passou

pelo Senado, já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, e agora aguarda discussão e votação em comissão especial, e depois no plenário, em dois turnos. Pelas contas de Henrique Alves, em duas semanas, a PEC 196 poderá ser pautada para o plenário e, caso aprovada, entrará em vigor imediatamente.

Desconfiado, o líder da minoria na Câmara, Nilson Leitão (PSDB-MT), disse, durante a sessão, que os partidos de oposição exigirão a votação da PEC já aprovada pelo Senado, que servirá como garantia caso os senadores demorem a

PASSADO TURVO

▼ Proteção

Nos últimos 25 anos, desde a Constituição de 1988, o voto secreto protegeu 60% dos deputados federais que sofreram processos de cassação. Ao todo, 26 parlamentares tiveram os processos de perda de mandato arquivados em votações sigilosas, número maior que os 17 condenados em plenário.

▼ Impunidade

Entre os senadores, em toda a história da Casa, apenas dois perderam o mandato: Luiz Estevão, em 2000, e Demóstenes Torres, no ano passado. Em 2007, Renan Calheiros (PMDB-AL) escapou duas vezes da cassação. Ambas em sessões secretas.

▼ Cheiro de pizza

O último caso de absolvição foi o de Jaqueline Roriz (PMN-DF), em 2011. Parlamentares que correriam o risco de serem condenados pelos pares por fatos anteriores ao início do mandato, assim como ela, absolveram-na.

analisar a proposta aprovada ontem pela Câmara.

“Isso é o jogo do Planalto. Vamos exigir a votação da PEC 196. Porque votar apenas a PEC 349 é ‘me engana que eu gosto’. Porque sabe-se lá quando vai votar lá (no Senado)”, disse.



CONTINUA nas págs.

20 e 21

efachetti@redegazeta.com.br Tel: 3321-8319

PRAÇA OITO

Eduardo Fachetti



Quem entra no site da Prefeitura de Aracruz não encontra nenhum telefone da administração, muito menos o nome dos secretários.

Tempos difíceis para o Legislativo

O parlamento brasileiro, tanto aqui quanto em Brasília, vive tempos de turbulência. Mal perante a opinião pública e ainda mais desgastado após os protestos que agitaram o país há dois meses, deputados federais e estaduais parecem não ter se dado conta que aquele tal “gigante”, que acordou e saiu às ruas em julho, pode até ter se recolhido, mas continua de olhos abertos. A absolvição do deputado federal Natan Donadon (expulso do PMDB) pelos pares e a tentativa de a Assembleia Legislativa conceder reajustes de até 113% a um grupo de servidores, na moita, são prova disso.

Nos dois casos, os atos apontam para um final desmoralizador. Em Brasília, ao mesmo tempo em que a liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), anulando a votação secreta que pariu o deputado-presidiário, significa um fio de esperança na moralidade, atesta a incapacidade de os deputados agirem, em sua consciência, sem caírem na tentação do corporativismo desavergonhado.

No caso dos capixabas, a informação que corre é de que parte do parlamento foi surpreendida pela pretensão de se dar ganhos supervalorizados a algumas categorias, sendo que o que havia sido dito, lá atrás, era de que o máximo de reajuste seria de 63%. Na hora H, a comissão tentou camuflar saltos de R\$ 1,6 mil para R\$ 3,4 mil para servidores concursados com nível fundamental.

O clima de mal-estar nos corredores da Assembleia é nítido, sobretudo por-

que o sindicato que comanda 1,2 mil servidores participou da formulação do plano vetado pelo governador Renato Casagrande (PSB), mas tenta se fazer de vítima. Em vez de buscar o diálogo, após o veto, se instituíram, por lá, o “luto oficial”, os gritos de guerra e vaias.

Não se tenta, aqui, desmerecer os servidores ou dizer que a eles não devem ser dados reajustes. Mas uma coisa é fazer uma proposta pautada na razoabilidade, ouvindo outros Poderes (não como forma de subserviência, mas de colaboração, até mesmo para evitar um desconforto como o de agora); outra coisa é criar um projeto, não dar a ele a correta visibilidade e pôr em xeque a imagem de toda a instituição.

O mesmo se pode pensar da Câmara dos Deputados. Nem todos que marcaram presença na sessão que salvou

—
A bancada do PR na Câmara da Serra está prestes a ser reduzida à metade. A vereadora Neidia Pimentel está de malas prontas para ingressar no PSB

CENA POLÍTICA

Na sessão de ontem à tarde, na Assembleia Legislativa, o deputado Euclério Sampaio (PDT) ventilou que a crise com o Palácio Anchieta é, na verdade, uma “queda de braço entre o presidente Theodorico Ferraço (DEM) e o governador Casagrande (PSB)”, por causa dos movimentos do senador

Donadon da expurgação política devem ser considerados coniventes com o achincalhe à democracia, mas foram postos lá pela irresponsabilidade dos pares.

O momento é de reavaliação de rumos. Acabar com o voto secreto, como fez a Câmara ontem à noite, é um primeiro passo. Sem um freio de arrumação ou o mínimo exame de consciência, o Poder Legislativo pode descer ladeira abaixo. E no meio do caminho estão as urnas de 2014, vale lembrar.



Amorçando o inimigo

O secretário de Comunicação de Linhares, Roberto Cordeiro, entra em contato com a coluna para esclarecer a ordem dada aos demais integrantes da administração para que não conversem diretamente com jornalistas. “É preciso levar em conta que uma rádio e um site de notícias da cidade pertencem a um adversário, e não foram poucas as notícias mentirosas publicadas por esses veículos”, diz Cordeiro.

Boataria no interior

Cordeiro cita “notas mentirosas em perfis falsos no Facebook” e boatos que circulam por Linhares como motivos para cuidar das informações da prefeitura. “É preciso ser crítico com relação à edição das notícias, uma vez que o jornalista mal intencionado pode, durante a edição, dar o sentido que quiser à entrevista”, cita o secretário, que diz só estar fazendo seu trabalho. “Não se trata de lei da mordaza. Em oito meses, nunca nos escondemos ou nos negamos a dar informações”, enfatiza.

Analógico, mas seguro

Quem circula por Brasília percebeu que, de uns dias para cá, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, deixou o tablet de lado e tem feito anotações em uma moleskine (caderneta). Em tempos de espionagem e vazamento de dados, parece mais seguro.

Muita oração

Os mesmos servidores que colocaram um trio elétrico em frente à Assembleia Legislativa, tocando a marcha fúnebre em alto volume, têm se reunido para rezar o Pai-Nosso pelos corredores da Casa.

FIM DO CORPORATIVISMO

Renan promete cassar mandatos

Presidente do Senado declarou que senadores condenados pelo STF perderão seus cargos

BRASÍLIA

« O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse ontem que não colocará em votação processos de cassação contra senadores que forem condenados em última instância pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Com isso, a Casa não preservará o mandato de parlamentares condenados pela Justiça.

Renan afirmou que, se ca-

sos semelhantes ao do deputado Natan Donadon (sem partido-RO) ocorrerem no Senado, os processos serão devolvidos ao Supremo.

A declaração, feita no plenário do Senado, é uma crítica à decisão da Câmara de votar a cassação de Donadon - mesmo com o deputado preso e condenado pelo STF. Renan disse que, como os Poderes Legislativo e Judiciário são autônomos, o Congresso não pode preservar um mandato que foi cassado pela Justiça.

“Não exporemos o Senado a essa execução pública. Qualquer decisão que



Natan Donadon: caso será analisado pelo STF

envolva senador, que transe em julgado e que tenha prisão, não a submetemos à apreciação desta Casa. Se o Supremo mandar para cá, eu devolvo porque os Poderes são autônomos e não cabe ao Legislativo revisar decisão que foi transitada em julgado”, disse.

Como o STF condenou há menos de um mês o senador Ivo Cassol (PP-RO) a 4 anos, 8 meses e 26 dias de prisão por crimes cometidos quando foi prefeito de Rolim de Moura (RO), o senador perderá automaticamente o mandato se Renan cumprir sua promessa. Cassol frau-

dou licitações no município e direcionou processos.

SUPREMO

O presidente do STF, Joaquim Barbosa, disse ao presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), que levará o caso de Natan Donadon ao plenário da Corte já na semana que vem.

Liminar concedida pelo ministro Luís Roberto Barroso, em um mandado de segurança, suspendeu os efeitos da sessão da Câmara que manteve o mandato de Donadon, preso desde junho.

Barbosa quer prisão imediata

« O presidente do STF, Joaquim Barbosa, deve pedir hoje a prisão imediata dos réus do mensalão. Se concluída a análise de todos os embargos de declaração hoje, e rejeitada a possibilidade de novo julgamento para 11 dos 25 condenados, Barbosa e ao menos outros dois ministros defenderão que a pena comece a ser cumprida imediatamente.

FIM DO CORPORATIVISMO

Capixabas pedem pressa ao Senado

Os 10 parlamentares do Estado foram favoráveis ontem ao fim do voto secreto

▄ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redegazeta.com.br

Todos os 10 deputados do Espírito Santo votaram a favor da PEC do voto aberto e esperam que o Senado agora acelere a aprovação da nova regra.

Trata-se de uma vitória que recompõe o episódio “dissimulado” do plenário, que livrou da cassação o deputado-presidiário Natan Donadon, avalia a deputada Rose de Freitas (PMDB): “Esta PEC precisava ser votada logo. Nunca vi tamanha dissimulação nesta Casa quanto a que tivemos na

semana passada”.

Para Iriny Lopes (PT) e para o coordenador da bancada Paulo Foletto (PSB), o voto tem que ser aberto para tudo. “Perigoso vai ser para quem vive um mandato de negócios. Quem vota consciente não se preocupa. É um novo paradigma”, diz ele. Segundo o socialista, a aprovação do orçamento impositivo reduz a ameaça de o governo não pagar emendas se o parlamentar votar contra vetos presidenciais.

“Fizemos o que a sociedade quer e agora temos todos que pressionar o Senado. Tinha gente se escondendo atrás disso”, diz Carlos Manato (PDT).

Nem tudo são flores,

porém. Sob risco de livrar deputados condenados no mensalão, a oposição pressiona para ser votada, no máximo em 15 dias na Câmara, uma proposta vinda do Senado exclusiva para voto aberto em caso de cassação. A oposição sustenta que a estratégia do PT é adiar a votação desse texto por mais três semanas, a tempo de o Supremo encerrar o julgamento do mensalão e a nova regra não ser retroativa ao caso dos condenados.

PRESSA

“Precisamos votar já a PEC do Senado para nos protegermos dos mensaleiros. Pela manobra feita, eles teriam a perda de mandato



Rose de Freitas e Colnago, antes da votação, protestaram pelo fim do voto secreto

decidida pela Câmara antes do três meses que a PEC aprovada hoje (ontem) pode demorar para passar no Senado e ser sancionada”, critica o deputado César Colnago (PSDB).

Iriny discorda do que chama de “atitude desesperada” da oposição para “destruir” o PT e diz que o assunto não se esgotará. “Desconhecem a nossa posição histórica pelo voto aberto, mas qual a lógica de

CONSCIÊNCIA

“O voto tem que ser aberto. Perigoso vai ser para quem vive um mandato de negócios. Quem vota consciente não se preocupa. É um novo paradigma”

PAULO FOLETTO (PSB)
COORDENADOR DA
BANCADA CAPIXABA

ter voto aberto só para cassação? A PEC aprovada hoje foi relatada pelo ministro e ex-deputado José Eduardo Cardozo (PT)”, lembra.

Hoje, as sessões para julgar perda de mandato são abertas, mas com voto secreto. A lei favorece o corporativismo e já foi decisiva para salvar os mandatos, por exemplo, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e da deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF).

PEDRO FRANCA/AGÊNCIA ESTADO